

**ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO BÁSICO-  
10.05.2021**

1 No dia dez do mês de maio de 2021, às 10h00min, o Comitê das Bacias Hidrográficas  
2 dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim – Comitê Guandu/RJ, deu início à 1ª  
3 Reunião Extraordinária da Câmara Técnica de Saneamento Básico, não presencial, via  
4 plataforma de videoconferência, tendo como pauta os seguintes assuntos: **1-**  
5 **Apresentação e leitura da pauta; 2- Apresentação do Projeto de Obras para**  
6 **Proteção de Tomada d'água da Estação de Tratamento de Água do Guandu –**  
7 **CEDAE. 3- Encerramento.** O coordenador da CTSB, Marcelo Danilo (ANAGEA-RJ)  
8 cumprimentou e agradeceu a presença de todos e informou a ausência da CEDAE, que  
9 seria responsável por apresentar o único item de pauta, sendo assim seria necessário  
10 encerrar a reunião. José Arnaldo (SEMADETUR) aponta a licença que se diz estar  
11 válida, mas que os pescadores é para ele uma visão a luz do que se coloca no Plano de  
12 Mata Atlântica de Nova Iguaçu baseado nos estudos do INPE quanto impactos climáticos  
13 reais e que o documento se autodeclara simplificado. Solicitou a inclusão da licença  
14 ambiental que está válida, o edital de licitação da CEDAE, por não haver nenhum número  
15 de licença e coloca a obrigatoriedade da empresa de resolver as licenças e um  
16 posicionamento do Tribunal de Contas na aprovação do edital e da licença. Declarou  
17 que não iria falar sobre o Relatório de Condicionante descumprido. Comentou que fala  
18 dos pescadores, o parecer a época de 2014, do querido Carlos Canejo, que coloca como  
19 aprovação e outro a questão do impacto. Tem três resoluções e que nesse Relatório de  
20 Condicionante analisa três níveis de impacto insignificantes. Por último, gostaria que o  
21 Comitê atestasse a execução da Resolução 62 especialmente no quesito Plano dos  
22 Projetos de Saneamento com os recursos do empreendedor. Frisou a importância a  
23 respeito da legalidade, de que o INEA e sua assessoria jurídica e os promotores aqui  
24 presentes analisassem sobre a legalidade desse fato. Finalizou solicitando  
25 esclarecimentos para que a CEDAE, o INEA e a DILAM e a sua presidência, que  
26 forneçam por escrito as informações, pois se não comparecerem à reunião os outros  
27 integrantes são suficientemente capacitados para debater sobre os assuntos. Marcelo  
28 Danilo (ANAGEA- RJ) agradeceu as considerações feitas e reafirmou que o Comitê tem  
29 o fundamento de ser interveniente das questões das águas e que infelizmente a parte  
30 responsável pela apresentação precisou cancelar sua participação nesta reunião e a  
31 outra parte, o INEA, poderá se posicionar perante a essas considerações que acabaram  
32 de ser feitas. Gilvoneick de Souza (ONG Socioambiental) primeiro afirmou que o Comitê  
33 não foi criado para atender a demanda da CEDAE e sim deve ter a própria autonomia  
34 devendo se posicionar em relação ao processo. Sugeriu que o coordenador da Câmara  
35 Técnica reveja os posicionamentos. José Maximino (MPRJ) iniciou agradecendo o  
36 direito de fala e explicou a sua insatisfação pelo fato como bem narrado pelo Sr. José  
37 Arnaldo que essa reunião em especial, ela é fruto de uma série de tratativas com o INEA,  
38 por mais de um ano, com constantes debates sobre o projeto e já foi ressaltado e  
39 consignado pelo INEA, em diversos documentos, a necessidade de complementação  
40 dos estudos e das análises. Citou que em meados do ano passado, as discussões foram  
41 direcionadas para soluções baseadas na natureza. Mencionou que a CEDAE e o INEA  
42 arquivaram o projeto. O licenciamento foi arquivado no âmbito do INEA para voltar com  
43 força em março de 2021, com o argumento de urgência por existir problemas com a

**ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO BÁSICO-  
10.05.2021**

44 qualidade da água, sendo necessária uma solução célere e efetiva, não ao arrepio da  
45 legalidade. Lembrou que a licença prévia de instalação é do ano de 2011. Questionou a  
46 pressa do INEA e do comitê GUANDU alegam ter, sendo que levou dez anos para  
47 amadurecer, inclusive dispensando audiência pública no EIA RIMA ao argumento de que  
48 o projeto era iminente. Expôs que se teve dez anos para aguardar, ou o projeto não  
49 possuía tanta urgência ou agora a urgência recorreu, voltou e está se retomando o  
50 projeto, tendo que ser observada a legalidade. Ou o projeto sempre foi urgente e levou  
51 dez anos para atender a essa urgência. Declarou que sobre qualquer ponto de vista, a  
52 situação é bem delicada e inspira cuidado. Finalizou afirmando ser importante o Comitê  
53 Guandu se manifestar à luz do Artigo 38 da Lei 9433. Informou que o Ministério Público  
54 está recebendo diversos pareceres das universidades, de Nova Iguaçu, dos pescadores,  
55 pois existe um conflito instaurado, sendo necessária a dissipação do conflito. Por fim,  
56 disse que precisa evitar uma judicialização no caso dessa importância por falta de  
57 informação, por falta de transparência e falta de boa vontade. Pediu, para o caso de o  
58 projeto atrasar por questões judiciais, que avaliem que não foi por fato imputado ao  
59 Ministério Público, pois a legalidade do licenciamento não pode ser preterida por outros  
60 argumentos. Agradeceu e encerrou sua fala. Fátima Rocha (AGEVAP) informou que a  
61 reunião tinha pauta única e que foi uma solicitação da CEDAE. André Tavares  
62 (AMBHIDRO – IFF) se apresentou e mencionou ter compartilhado, no chat da reunião,  
63 a divulgação de um trabalho de pesquisa e um vídeo feito por ele explicando o trabalho  
64 de pesquisa. Seguiu propondo um procedimento preventivo independente da obra ou  
65 não, considerando a questão de segurança, que trata, durante o período de dois a três  
66 anos previstos de obras, a melhoria da qualidade da água de forma imediata e não  
67 aguardando o término da obra, devido à instabilidade socioeconômica de toda a região  
68 atendida. Falou que em síntese a proposta de procedimento é ao invés da atual diluição  
69 da Lagoa do Guandu em frente à captação, o Rio Queimados pode ter a sua foz alterada  
70 para 4km a montante, onde o Rio Queimados passa muito próximo ao Rio Guandu, e  
71 faria essa diluição com a invasão total e melhoraria a periodize com simulações de sua  
72 pesquisa de 4,6 para 2,7 miligramas por litro na captação. Afirmou ser uma obra de  
73 rápida realização e assumiu sua responsabilidade técnica dependendo somente da  
74 autorização do INEA. Comunicou que em outras duas situações, ele encaminhou esse  
75 estudo para o Comitê Guandu, para alguns professores e para a CEDAE. Encerrou  
76 falando que existe essa situação independente da obra e infelizmente as alternativas  
77 não estão possíveis no edital de licitação, porém, novamente, se comprometeu com a  
78 condução técnica do trabalho e, se for necessário, com a questão dos custos do  
79 procedimento. Paulo de Tarso (FIRJAN), salientou que uma das atribuições do Comitê  
80 Guandu é fazer a articulação entre todos os entes da Bacia, e que nesse intuito,  
81 promoveram essa reunião dentro da câmara técnica para que a CEDAE pudesse realizar  
82 a apresentação da obra a qual está defendendo. Relatou que recebeu uma ligação do  
83 senhor Humberto (CEDAE), por motivo de convocação de reunião, informando que não  
84 poderia se apresentar hoje, e pediu que fizesse essa comunicação oficial enviando um  
85 ofício ao e-mail do Comitê Guandu e para o próprio WhatsApp para comunicar a todos,  
86 porém isso não foi feito. Salientou também, que o Comitê Guandu convidou a todos para

**ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO BÁSICO-  
10.05.2021**

87 que possam, nessa reunião, tomarem conhecimento de que essa obra é  
88 responsabilidade da CEDAE. Citou o histórico de que a CEDAE fez essa primeira  
89 apresentação junto ao Ministério Público, ao Doutor Maximino, feita pela Maiara dentro  
90 do Ministério Público, estando presentes a AGENERSA, FIOCRUZ, entre outros entes.  
91 Mencionou que após essa apresentação, a responsabilidade da obra foi passada para o  
92 INEA, onde houve algumas modificações da obra. Falou que o Comitê Guandu por não  
93 ter conhecimento do projeto ao qual a CEDAE pretende fazer essa obra, abriu esse  
94 espaço a CEDAE para que fizesse essa reunião. Disse que o intuito da reunião era para  
95 que todos tivessem conhecimento e discutissem a respeito dessa obra da CEDAE.  
96 Finalizou, pedindo para que a especialista Caroline Lopes (AGEVAP) fizesse uma  
97 contextualização do material que está disponível para o Comitê Guandu. Adacto Ottoni  
98 (UERJ) começou dizendo que não falaria sobre os aspectos técnicos da obra por não  
99 ser o foco da reunião, pois primeiro teriam que esperar a CEDAE expor o que deseja.  
100 Corroborou com alguns fatos mencionados por José Arnaldo, Gilvaneick e o Doutor José  
101 Alexandre Maximino sobre a importância da legalidade do processo. Afirmou que um  
102 estudo técnico feito há dez anos atrás, contendo dados ambientais deste período, nos  
103 dias atuais, apresentam dados totalmente diferentes, pois a bacia está mais antropizada.  
104 O aumento da impermeabilização do solo nas bacias hidrográficas do Rio Ipiranga e  
105 Queimados e o aumento da poluição são indicadores de que a poluição está  
106 aumentando. Diante do exposto, questionou como que poderiam pegar um projeto de  
107 dez anos atrás sendo que hoje em dia podem haver condições muito mais críticas e  
108 piores, depois de toda a degradação e aumento da poluição na bacia, podendo ocorrer  
109 enchentes, gerando níveis de água maiores de inundação, que por sua vez, irão gerar  
110 outros tipos de avaliações e custos de mitigação. Portanto, alertou que não é uma  
111 questão emergencial devido a um risco ao abastecimento de água e por isso não deve  
112 ser feito de forma corrida sem audiência pública, aprovando o EIA RIMA de dez anos  
113 atrás, pois existe um outro fator muito superior a isso, que é o risco de rompimento da  
114 barragem que pode acontecer. Falou que como já foi discutido pela CEDAE, a  
115 possibilidade de colocar geobag ao invés do projeto original que era um projeto muito  
116 mais seguro, sem ter certeza do que será feito pela CEDAE. Acreditar que basta uma  
117 palestra e tudo já está resolvido e a obra já está licitada para começar no segundo  
118 semestre é um risco enorme. Frisou o risco de rompimento da barragem, pois ela não  
119 foi projetada para essas condições atuais e, advertiu que no mínimo deveriam atualizar  
120 os dados em pelo menos um ano hidrológico. Proferiu que, sendo um órgão licenciador,  
121 o INEA deveria exigir que os dados sejam atualizados, que o estudo seja reavaliado.  
122 Falou que agora deveria ser feita a atualização dos estudos e começar a obra apenas  
123 na estiagem do ano que vem, pois caso a barragem venha a cair, acontecerá um colapso  
124 não somente por causa da enchente em relação à tomada d'água, mas também material  
125 de pedra que irá em direção à barragem principal que todos sabem que está em situação  
126 crítica, pois a CEDAE já afirmou que está precisando trocar as comportas, e caso essa  
127 barragem rompa, a solução não será rápida e a população ficará sem água. Ressaltou,  
128 novamente, que não pode analisar de forma a considerar a urgência da geosmina e  
129 realizar uma obra açodada contra o licenciamento, não tendo sido feita uma audiência

**ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO BÁSICO-  
10.05.2021**

130 pública. Reiterou exigência da legalidade, e dentro da mesma que os estudos sejam  
131 atualizados. Afirmou falando que agora o período é de estiagem e a geosmina ocorre  
132 somente no verão e sugeriu que realizem estudos que apresentem segurança técnica à  
133 obra. Cristina Mendonça (IDC) concordou, via chat, com as colocações do Professor  
134 Adacto. Falou ser muito importante marcar a reunião antes da licitação para ouvirem as  
135 perspectivas do MP, INEA e dos professores que já vêm se dedicando e olhando este  
136 tema, além da CEDAE. O convidado Gilvoneick de Souza (Ong Socioambiental)  
137 questionou o posicionamento da câmara técnica perante ao projeto que a CEDAE  
138 apresenta, pois o mesmo deve conter as atualizações cabíveis para análises. José  
139 Arnaldo (SEMADETUR) iniciou agradecendo a fala do professor Adacto. Mencionou o  
140 Anexo 1, página 33 associado ao EIA RIMA e expôs que as manchas apresentadas nas  
141 figuras 5.5.1 a 5.5.3 devem ser entendidas como a representação das inundações que  
142 poderão vir a ocorrer na parcela da bacia dos Rios Queimados e Ipiranga. Explicou que  
143 isso é citado no estudo, pois está estudando apenas a partir da ponte da Dutra sobre o  
144 rio Guandu e parcelas dos riscos nos processos de cheia. Continuou as limitações para  
145 modelagem da bacia, bem como a inexistência de medições na área de abrangência do  
146 estudo implicaram na necessidade de se aplicar hipóteses simplificadoras. As possíveis  
147 diferenças observadas entre os resultados aqui apresentados e o mapeamento das  
148 cheias futuras, no que diz respeito às áreas inundáveis e alturas de inundação,  
149 permitirão uma calibração da modelagem e correção das manchas. Falou que a sua  
150 própria equipe e os pescadores foram quem viram que a dinâmica e a gestão da atual  
151 barragem são caóticas, na conjunção da liberação das águas que vem de Paracambi.  
152 Concordou com a fala do professor Adacto sobre a atualização dos estudos. Alegou  
153 estar descontente com as decisões tomadas e que não são decisões que estão sendo  
154 pensadas no âmbito de segurança. Pediu ao Diretor Geral que traga as suas  
155 autoridades, inclusive da FIRJAN, para que tenham um bom entendimento. Paulo de  
156 Tarso (FIRJAN) esclareceu que essa apresentação da CEDAE não exclui nenhuma  
157 outra obrigatoriedade de realizar qualquer outra atividade para tornar legal o  
158 licenciamento ou qualquer questão relacionada a esta barragem. O objetivo dessa  
159 reunião é trazer ao debate qual é o posicionamento do Comitê Guandu. Sugeriu que as  
160 especialistas em recursos hídricos façam uma análise e apresentação porque não  
161 podem esperar a apresentação da CEDAE e façam a convocação de uma reunião para  
162 que o Comitê Guandu possa se posicionar. Salientou que o Comitê Guandu não tem o  
163 posicionamento do INEA e da Agenersa, e que irão se posicionar de acordo com essa  
164 câmara técnica e que as pessoas presentes encaminhem as informações para a plenária  
165 para que possam se posicionar. Caroline Lopes (AGEVAP) pediu a fala e explicou que  
166 o assunto da tomada d' água surgiu em março de 2011, em uma reunião plenária, em  
167 que houve uma apresentação por partes da CEDAE e do INEA, que fizeram a proposta  
168 dessas obras de proteção da tomada d'água. Saiu como encaminhamento da plenária  
169 em 2011 que esse assunto fosse levado para as câmaras técnicas do Comitê e iniciou-  
170 se uma discussão dentro das câmaras técnicas em reuniões conjuntas em que foi  
171 aprovada uma minuta de resolução a ser discutida em plenária. Nas reuniões seguintes,  
172 esse assunto ficou no final da pauta no item 11 da plenária de maio de 2011. Não

**ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO BÁSICO-  
10.05.2021**

173 conseguiu ser tratado, então na reunião seguinte, em agosto de 2011, houve a  
174 aprovação de uma resolução que tratava da obra de proteção da tomada d'água, que  
175 está disponível no site do Comitê, sendo a resolução 62 e dentro da mesma são citadas  
176 algumas medidas solicitadas pelo comitê para que seja dada a devida atenção ao  
177 assunto durante a etapa de realização do projeto. Citou o esgotamento diretamente  
178 dentro dos municípios ligados a essa questão e são citados os municípios Nova Iguaçu,  
179 Queimados, Japeri e Seropédica. O assunto foi retomado no ano de 2020 na Câmara  
180 Técnica de Saneamento Básico e o documento público mais atual é a obra de licitação  
181 e a previsão de que o certame acontecerá no dia 01 de junho de 2021 no valor total de  
182 R\$ 132.000.000,00 (cento e trinta e dois milhões) e o objeto que está sendo tratado é a  
183 execução de obras para proteção da tomada d'água da ETA Guandu. Esse assunto pode  
184 sim ser apresentado pela secretaria, porém isso de maneira alguma pode isentar a  
185 presença do empreendedor, pois quaisquer que sejam as defesas do projeto devem ser  
186 feitas pela parte interessada. Marcelo Danilo (ANAGEA) agradeceu a colocação da  
187 Caroline Lopes e do Paulo de Tarso pelos encaminhamentos. Informou novamente que  
188 o Comitê tem a função de ser interveniente nessa questão. Infelizmente o empreendedor  
189 não pôde comparecer e a outra parte interessada seria o licenciador do INEA. Adacto  
190 Ottoni (UERJ) perguntou se essa possível reunião aconteceria antes ou depois da  
191 solicitação. Marcelo Danilo (ANAGEA) perguntou se poderiam encaixar o item na pauta  
192 da próxima reunião ordinária. Caroline Lopes (AGEVAP) respondeu que precisava  
193 verificar devido ao tamanho da pauta. Adacto Ottoni (UERJ) sugeriu que essa reunião  
194 deveria acontecer antes da licitação, para que possam haver posicionamentos e  
195 transparência no processo. Marcelo Danilo (ANAGEA) falou que verificarão a pauta e  
196 será enviada para os convidados e membros a questão solicitada. Ana Asti (SEAS)  
197 afirmou que a fala foi importante, pois é preciso ter o estudo proposto pelo Paulo Tarso  
198 que será feito pela própria equipe do comitê de bacias junto à AGEVAP, ou na reunião  
199 ordinária do dia 20 ou uma extraordinária antes da licitação. José Arnaldo  
200 (SEMADETUR) falou que na prática de audiência pública, o empreendedor apresenta, o  
201 licenciador faz as ponderações, e a plateia faz as considerações. Isso foi negado.  
202 Lembrou que o INEA passou um e-mail com um ofício ao MP que o comitê é o espaço.  
203 Estranhou o fato do INEA não se pronunciar. Expressou sua insatisfação pelos  
204 posicionamentos feitos que o impediram de exercer suas funções. Declarou que a  
205 CEDAE teve dinheiro suficiente para já ter realizado essa obra e que essa pressa se dá  
206 ao mito de que irá contaminar, de que as 33 empresas do polo industrial é o grande  
207 risco, é tudo mito. Afirmou que o órgão ambiental estadual tem a obrigação de estar  
208 nessa reunião. Concluiu falando que a extraordinária deve ser no dia 25 de maio, pois  
209 não pode ser antes de maneira alguma, e esse é um ponto de pauta que deve ser  
210 debatido o dia inteiro. Marcelo Danilo (ANAGEA) concluiu a reunião afirmando tentar  
211 atender a proposta de realizar uma extraordinária para trazer as novas informações ao  
212 debate. Foi solicitado pelo José Arnaldo (SEMADETUR) ao Presidente da CEDAE que  
213 sua equipe comparecesse às próximas reuniões do comitê. Verificar possibilidade de  
214 inserção do assunto na próxima pauta para apresentação e discussão sobre o Projeto  
215 de Obras para Proteção da Tomada d'água da Estação de Tratamento de Água do

**ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO BÁSICO-  
10.05.2021**

216 Guandu. **Encaminhamento: Verificar possibilidade de inserção do assunto na**  
217 **próxima pauta para apresentação e discussão sobre o Projeto de Obras para**  
218 **Proteção da Tomada d'água da Estação de Tratamento de Água do Guandu. O**  
219 coordenador Marcelo Danilo (ANAGEA-RJ) agradeceu a todos e finalizou a reunião às  
220 12h04min. Eu, Amanda Resende Baptista (AGEVAP), tomei a termo esta ata que segue  
221 assinada por:

222  
223  
224

---

**Marcelo Danilo da Silva Bogalhão**  
**(ANAGEA – RJ)**  
**Coordenador CTSB**

---

**Mário Luiz Dias Amaro**  
**(P.M. Piraí)**  
**Subcoordenador CTSB**

225  
226

227 **Presentes:** Carlos Alberto Basílio Júnior (LIGHT); Marcelo Danilo da Silva Bogalhão  
228 (ANAGEA); Cristina Mendonça (IDC); Ícaro Moreno Junior (Universidade de Vassouras);  
229 Mario Luiz Dias Amaro (P.M. Piraí); Ronald Gontijo do Nascimento (P.M. Mendes); Saulo  
230 José de Azevedo de Paula (P.M. Miguel Pereira).

231 **Ausentes:** Douglas Queiroz Francisco (FCC AS) – Falta Justificada; Júlio Cesar  
232 Oliveira Antunes (CEDAE- Abast.); Karina de Moura Costa Alencar (ABES); Rodrigo  
233 Bianchini Greco Alves (INEA).

234 **Convidados:** Gilvoneick de Souza (Ong Socioambiental); José Arnaldo (SEMADETUR);  
235 Juliana Bahiense (MPRJ); Marina Cavalcanti (MPRJ); Patrícia Venâncio (MPRJ); Marina  
236 Martins (MPRJ); Caio Senise (MPRJ); Adriano Gama (Não identificado); José Maximino  
237 (MPRJ); Ana Asti (SEAS); Simone Alvarenga (MPRJ); Rodrigo Marra (MPRJ); Adriana  
238 Sotero (FIOCRUZ); André Tavares (AMBHIDRO - IFF); Adacto Ottoni (UERJ); Fernando  
239 Cid (P.M. Nova Iguaçu); Gisela Pequeno (MPRJ0); Clarisse Rocha (ANAGEA); Luis  
240 (Não identificado); Emy Lemos (Não identificado); Paulo de Tarso (FIRJAN); Frederico  
241 (SEMADETUR); Pantanal Iguaçuano. Fátima Rocha (AGEVAP); Caroline Lopes  
242 (AGEVAP); Amanda Resende (AGEVAP); Daiana Gelelete (AGEVAP); Maria Adelaide  
243 Vicente (AGEVAP).